

RECURSO ESPECIAL Nº 1.694.771 - PR (2017/0228792-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : FLAVIANO SANTOS
ADVOGADO : FREDERICO GIUSEPPE FURLAN BASSO - PR044446
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná.

Consta dos autos que FLAVIANO SANTOS foi condenado como incurso no art. 129, § 9º, do Código Penal, à pena de 3 (três) meses de detenção (agressão física contra sua companheira).

Houve interposição de apelação defensiva, tendo sido o acórdão desprovido nos termos da seguinte ementa (fls. 228):

APELAÇÃO CRIME. LESÃO CORPORAL EM ÂMBITO DOMÉSTICO. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL CULPOSA. NÃO ACOLHIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. PALAVRA DA VÍTIMA AMPARADA NO CONJUNTO PROBATÓRIO. PEDIDO DE REDUÇÃO DA PENA. NÃO ACOLHIMENTO. PENA FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. RECURSO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração pela defesa, foram acolhidos sem efeitos modificativos (fls. 269/271).

A defesa interpôs recurso especial alegando violação ao art. 22, §§1º e 2º, da Lei n. 8.906/94, ao manter os termos da sentença condenatória que não fixou honorários advocatícios ao defensor dativo na forma estabelecida no citado dispositivo do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Sustenta que o valor arbitrado na sentença, a título de honorários, foi fixado com base na Tabela de Honorários da OAB revogada (Resolução OAB/PR n. 4/2012), no valor de R\$1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

Informa que o acórdão recorrido entendeu "*que o valor dos honorários fixados em 1ª instância já seriam suficientes para remunerar todo o trabalho*

desenvolvido." (fl. 286).

Consigna que o valor fixado na sentença condenatória se refere ao trabalho do defensor até a data da sentença (Defesa de Processo de Rito Sumário - Res. OAB-PR n. 4/2012, Cap. XIV, Item 5), diferentemente do valor fixado para o trabalho perante o Tribunal (rES oab/pr N. 23/2015, Cap. XVII, item 2 - Apelação Criminal).

Aduz que o indeferimento da fixação de honorários pela atuação do defensor dativo junto ao Tribunal também divergiu de diversos julgados de outros tribunais e desta Corte Superior, colacionando julgados nesse sentido.

Pugna pelo provimento do apelo nobre para reformar o aresto vergastado e fixar os honorários do defensor dativo no valor indicado pela Tabela da OAB/PR em vigor na data do acórdão (Res OAB/PR n. 23/2015, cap. XVII, item 2 - Apelação Criminal - R\$3.000,00) (fls. 284/293).

Contrarrazões às fls. 372/375.

Admitido o recurso (fls.381/382), os autos vieram a esta Corte.

O Ministério Público, em seu parecer de fls. 408/409, opina pelo provimento do apelo nobre.

É o relatório. Decido.

Discute-se nestes autos à tese da obrigatoriedade ou não de serem observados, em feitos criminais, os valores estabelecidos na tabela organizada pelo respectivo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados a título de verba advocatícia devida a advogados dativos.

Sobre o tema, a Terceira Seção deste egrégio Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1656322/SC e REsp 1665033/SC, Tema n. 984, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, afetado em 22/11/2017, decidiu sobrestar o julgamento dos processos que versem sobre essa questão até decisão definitiva desta Corte.

Ocorre que, na data de 23/10/2019, foram julgados os Recursos Repetitivos referentes ao tema em questão, em que se fixou a tese de que *"as tabelas de honorários elaboradas unilateralmente pelos Conselhos Seccionais da OAB não vinculam o magistrado no momento de arbitrar o valor da remuneração a que faz jus o defensor dativo que atua no processo penal; servem como referência para o estabelecimento de*

Superior Tribunal de Justiça

valor que seja justo e que reflita o labor despendido pelo advogado." (REsp 1656322/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/10/2019, DJe 04/11/2019)

Assim, nos termos do entendimento acima esposado, nada há a ser alterado no acórdão recorrido.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea "b", do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator